



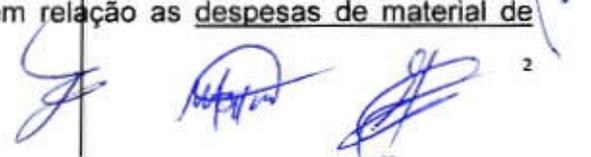
CONSELHO FISCAL

**ATA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIRACICABA – IPASP**

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, previamente marcada às 10h00, na sede do Instituto de Previdência e Assistência Social de Piracicaba – IPASP, localizada à Avenida Dr. Paulo de Moraes, 266, Paulista, Piracicaba/SP, por deliberação de seus Conselheiros, compareceram os Membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência Social de Piracicaba – IPASP, com início às 10h10m min para promover a trigésima primeira reunião ordinária, cuja Comissão é composta pelos seguintes Conselheiros: Marco Aurélio Barbosa Mattus, Patrícia Midori Kimura, Emerson Luiz Chequeto Navarro, Jurandir Silvestre e José Osmir Bertazzoni. A presença e a participação dos Conselheiros nesta reunião são realizadas por aqueles que assinam devidamente a ata em epígrafe. Inicialmente foi recebido o ofício enviado pela Presidência do Instituto, que contém em anexo, os balancetes das receitas e despesas do Instituto referentes ao mês de julho de 2022. Consigna-se que o Sr. André Evandro Pedro da Silva, contador do IPASP, enviou previamente à reunião os citados balancetes via correspondência eletrônica. O Presidente declarou aberto os trabalhos, cuja pauta refere-se à análise e aprovação dos balancetes das receitas e despesas de julho de 2022, assim como para aprovação de parecer elaborado pelo Comitê de Investimento referente ao mês de junho/2022 e a apresentação dos fundos ilíquidos solicitados na reunião anterior. Inicialmente, a servidora do Instituto, Graziella Mansani, ocupante do cargo de economista do IPASP, apresentou relatórios da Política de Investimentos com parecer do Comitê de Investimentos do mês referência a junho/2022, a qual foi elaborada em maio/2022. Inicialmente, a servidora informou sobre o novo modelo de parecer a ser adotado pelo Comitê de Investimentos de acordo com as sugestões apontadas pelo Conselho Fiscal na reunião anterior. Desta feita, os Conselheiros solicitaram se o parecer, em relação aos índices apresentados, poderia possuir um “range” para avaliar se os índices estão dentro dos parâmetros adotados. O Conselho sugeriu, ainda, que a servidora realizasse um levantamento dos índices adotados pelos Institutos com população aproximada do Município de Piracicaba. A própria servidora sugeriu que no parecer poderia constar a existência de novos fundos ou não e se as instituições são devidamente credenciadas. Após a apresentação realizada pela servidora, o Conselho Fiscal deliberou que o parecer elaborado pelo Comitê de Investimentos reúne condições técnicas de serem aprovadas. Com efeito, a servidora explanou sobre os fundos ilíquidos (problemáticos), que são fundos com problemas de gestão, nas quais foram fechados e não podem mais

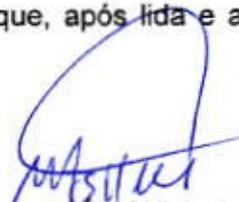
**CONSELHO FISCAL**

serem resgatados. Assim, explicou minuciosamente sobre a existência dos fundos ilíquidos do Instituto que são: (i) HAZ (Fundo Imobiliário): aplicação inicial em 02/04/2012 no valor de R\$ 1.000.000,00 e saldo atual R\$ 805.807,73; (ii) Geração de energia (Fundo de participação ativa nas empresas): aplicação inicial no valor de R\$ 1.000.000,00 e situação atual R\$ - R\$ 6.846.318,82; (iii) Trendbank (Fundo de Investimento em direitos creditórios - FIDC): aplicação inicial em 02/05/2011 no valor de R\$ 1.000.000,00 e saldo atual R\$ 0,00; (iv) Roma (Fundo de Investimento em ações): aplicação inicial em 31/01/2013 no valor de R\$ 1.000.000,00 e saldo atual em R\$ 897.028,13. Diante da situação destes fundos que não podem mais serem resgatados, averiguou a necessidade da existência de um advogado que poderia ter tomado decisões ou indicando soluções, que poderia amenizar os prejuízos. Assim, diante das finalidades do Conselho Fiscal previsto no Regimento Interno em seu art. 3º, inciso XI (fiscalizar as atividades do Instituto e sugerir medidas para sanar as irregularidades encontradas) o Conselho Fiscal sugeriu a criação de dois cargos efetivos de advogados especializado na finalidade do Instituto, sendo que um advogado seria para atuação na área de fundos e um segundo advogado para a área administrativa, além da criação de um cargo de economista para completar o quadro técnico do Instituto. Ato contínuo, o Conselho analisou os balancetes das receitas e despesas do mês de julho de 2022, concluindo que as despesas administrativas se encontram consistentes em relação aos meses anteriores. Com relação ao fundo de repasse, verificamos: (i) as receitas diminuíram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 22.170.872,59 para R\$ 13.288.942,66; (ii) as despesas diminuíram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 22.014.459,57 para R\$ 13.019.360,64; (iii) o resultado apurado no mês foi positivo em R\$ 269.582,02, fazendo com que o resultado apurado no ano se mantenha positivo, passando de R\$ 3.574.324,80 para R\$ 3.843.906,82; (iv) o saldo financeiro se encontra positivo e teve um acréscimo em relação ao mês anterior, passando de R\$ 19.619.455,74 para R\$ 19.774.409,42; e, (v) o saldo financeiro atual, descontado o resultado apurado no ano, apresenta um acréscimo de R\$ 626.567,94 em relação a dezembro/2021. Com relação ao fundo de reserva, observamos: (i) as receitas aumentaram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 2.211.078,36 para R\$ 2.227.836,07; (ii) as despesas diminuíram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 187.031,93 para R\$ 128.343,29; (iii) o resultado apurado no mês foi positivo em R\$ 2.099.492,78, fazendo com que o resultado apurado no ano se mantenha positivo, passando de R\$ 28.126.933,38 para R\$ 30.226.426,16; (iv) o saldo financeiro se encontra positivo, e teve um decréscimo, passando de R\$ 228.271.017,94 para R\$ 233.506.125,29; (v) o saldo financeiro atual, descontado o resultado apurado no ano, apresenta um decréscimo de R\$ 7.449.105,70 em relação a dezembro/2021. Ademais, em relação as despesas de material de



**CONSELHO FISCAL**

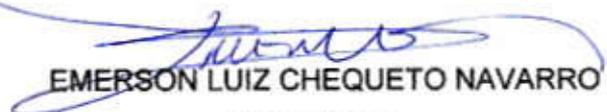
consumo, detectamos que houve aumento das despesas em relação ao mês anterior, passando de R\$ 7.767,30 para R\$ 29.755,78. Já em relação as despesas de serviços de terceiros, verificamos que houve aumento das despesas em relação ao mês anterior, passando de R\$ 48.326,83 para R\$ 63.460,57. Desse modo, deliberou-se pela elaboração de parecer com aprovação dos balancetes, solicitando ao Conselho Deliberativo que, em caso de concordância, proceda os encaminhamentos necessários, conforme cópia dos balancetes em anexo. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada as 12h00min, a qual, eu, Patricia Midori Kimura, secretária dos trabalhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.



MARCO AURELIO BARBOSA MATTUS  
- Presidente -



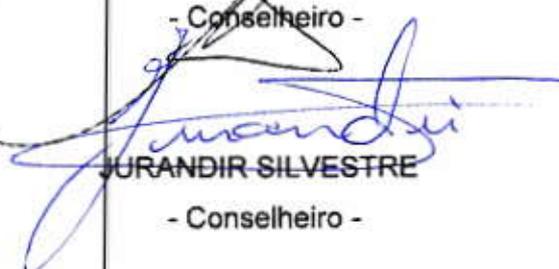
PATRÍCIA MIDORI KIMURA  
- Secretária -



EMERSON LUIZ CHEQUETO NAVARRO  
- Conselheiro -



JOSÉ OSMIR BERTAZZONI  
- Conselheiro -



JURANDIR SILVESTRE  
- Conselheiro -